



Proc. Administrativo 16- 859/2024

De: Andrea C. - SECSAU-ADMIN

Para: SECADM-LIC - Setor de Licitação - A/C Pamela R.

Data: 24/10/2024 às 10:45:09

Setores envolvidos:

SECADM, SECADM-COMP, SMS, SECADM-LIC, SECADM-CONTABILIDADE, SECADM-TRIBUTAÇÃO,
SECADM-ADMINISTRAÇÃO, SECSAU-ADMIN, DIR-COMPRAS, COMPRAS-Cotação de Preços

Licitação - Material Limpeza

Segue documento assinado.

—

Andrea Regina Pellin Cagnini
Agente Administrativo
Secretaria Municipal de Saúde

Anexos:

5_TR_Limpeza_08_10.pdf

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Administrativo nº859/2024

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Fornecimento saneantes domissanitários, incluindo o treinamento para uso dos produtos, o transporte e equipamento diluidores, para limpeza e higienização das unidades de saúde, dos veículos para transporte de pacientes e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Secretaria Municipal de Saúde nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Un	Preço máximo	Preço máximo total
1-1	29832800 607579	DESINFETANTE HOSPITALAR De alto desempenho e indicado para área hospitalar. Formulado à base de Quaternário de Amônio de 5ª geração e Peróxido de Hidrogênio. Indicado para áreas críticas, tais como, centros cirúrgicos, centro obstétrico, UTI, UTI Neonatal, unidade de diálise, setor de hemodinâmica, unidade de transplante, unidade de queimados, unidade de isolamento, área suja da lavanderia, etc., em áreas semicríticas, tais como, enfermaria, ambulatórios, banheiros, central de triagem, etc. ideal para desinfecção de superfícies fixas, tais como, piso, parede, teto, portas, bancadas, escadas, janelas, vidros, luminárias, equipamentos, mobiliários, louças sanitárias, macas, incubadoras, etc., e artigos não críticos, tais como, termômetro axilar, estetoscópio, suporte de soro, aparelhos de pressão, comadres, papagaios, bacias, cuba rim, cadeiras de banho, etc. Indicado para artigos de inaloterapia e assistência ventilatória. Que tenha ação bactericida e bacteriostática, agindo com eficácia sobre as bactérias gram-positivas e gram-negativas. Que possua laudos que comprovem sua ação de desinfecção contra as bactérias Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis, Pseudomonas aeruginosa, Acinetobacter baumannii, Enterococcus hirae, Escherichia coli e Stenotrophomonas maltophilia, ao vírus SARS-CoV-2, a fungos Tricophyton mentagrophytes, Aspergillus niger, Candida albicans e Candida auris, as bactérias multirresistentes, Acinetobacter baumannii produtora de Carbapenemase (Multirresistente), VRE, Klebsiella Pneumoniae Carbapenemase (KPC) e Staphylococcus MRSA, aos tubérculos Mycobacterium bovis e Mycobacterium smegmatis, e aos esporos Clostridium difficile. Que possua laudo de efeito bacteriostático, evidenciando que o produto deixa um residual de Quaternário de Amônio por 72 horas. Que	900	GL	166,89	150.201,00



		<p>possua laudo de não agressividade as superfícies do tipo: Acrílico, Alumínio, Borracha, Courvin Lavavel, Inox, Plastico, Policarbonato, Tela Touch, e que tenha laudo que comprove estabilidade mínima de 14 dias da solução após diluída. Que possua laudo de Teor de H2O2, Laudo de Teor Catiônico, que tenha registro na Anvisa. Que possua as seguintes características: Aparência: Líquido transparente; Cor: Incolor; Odor: Característico; pH: 2,0-3,0; Princípio ativo bactericida: Peróxido de Hidrogênio 4,25% e Cloreto de cocobenzil alquil dimetil amônio, Cloreto de didecil dimetil amônio 5,6%; COMPOSIÇÃO: Água, tensoativo não-iônico, acidificante e ativos. Apresentação em embalagens de 5 Litros.</p> <p>A empresa deverá fornecer, em regime de comodato, o diluidor do produto, acompanhando o treinamento para o uso correto. Além disso, deverá apresentar o registro no Ministério da Saúde e o laudo de estabilidade do produto por 30 dias após sua diluição.</p>				
2-2	29832801 301233	<p>DETERGENTE DESENGRAXANTE DE USO GERAL Detergente desengraxante, que possui grande poder de limpeza, removendo as mais variadas formas de sujidades, como: fuligem, óleos, graxas e gorduras. Que seja formulado com matérias-primas de última geração com tensoativos biodegradáveis e agente sequestrante, associado ao óleo de pinho. Que possua baixa alcalinidade e não danifique nenhum tipo de superfície lavável, tais como: pisos cerâmicos, paredes, plásticos, vidros, alumínio, superfícies pintadas, veículos, tecidos em geral etc. Que possua laudo de Biodegradabilidade. Que possua as seguintes CARACTERÍSTICAS FÍSICOQUÍMICA - Aparência: Líquido Viscoso Opaco; Cor: Amarelo; Odor: Pinho; pH: 6,0 - 8,0. COMPOSIÇÃO: Veículo, sequestrante, alcalinizante, neutralizantes, ácido linear alquil benzeno sulfônico, produto de polimerização do óxido de propileno e óxido de etileno, atenuador de espuma, conservante, fragrância e corante. Tam. 5 L.</p> <p>A empresa deverá fornecer, em regime de comodato, o diluidor do produto, acompanhando o treinamento para o uso correto. Além disso, deverá apresentar o registro no Ministério da Saúde e o laudo de estabilidade do produto por 30 dias após sua diluição.</p>	900	GL	90,93	81.837,00
TOTAL						232.038,00

Lote: 2 - COTA RESERVADA ME EPP						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1-3	29832800607579	<p>DESINFETANTE HOSPITALAR De alto desempenho e indicado para área hospitalar. Formulado à base de Quaternário de Amônio de 5ª geração e Peróxido de Hidrogênio. Indicado para áreas críticas, tais como, centros cirúrgicos, centro obstétrico, UTI, UTI Neonatal, unidade de diálise, setor de hemodinâmica, unidade de transplante, unidade de queimados, unidade de isolamento, área suja da lavanderia, etc., em áreas semicríticas, tais como, enfermaria, ambulatórios, banheiros, central de triagem, etc. ideal para desinfecção de superfícies fixas, tais como, piso, parede, teto, portas, bancadas, escadas, janelas, vidros, luminárias, equipamentos, mobiliários, louças sanitárias, macas, incubadoras, etc., e artigos não críticos, tais como, termômetro axilar, estetoscópio, suporte de soro, aparelhos de pressão, comadres, papagaios, bacias, cuba rim, cadeiras de banho, etc. Indicado para artigos de inaloterapia e assistência ventilatória. Que tenha ação bactericida e bacteriostática, agindo com eficácia sobre as bactérias gram-positivas e gram-negativas. Que possua laudos que comprovem sua ação de desinfecção contra as bactérias Staphylococcus aureus, Salmonella choleraesuis, Pseudomonas aeruginosa, Acinetobacter baumannii, Enterococcus hirae, Escherichia coli e Stenotrophomonas maltophilia, ao vírus SARS- CoV-2, a fungos Trichophyton mentagrophytes, Aspergillus niger, Candida albicans e Candida auris, as bactérias multirresistentes, Acinetobacter baumannii produtora de Carbapenemase (Multirresistente), VRE, Klebsiella Pneumoniae Carbapenemase (KPC) e Staphylococcus MRSA, aos tubérculos Mycobacterium bovis e Mycobacterium smegmatis, e aos esporos Clostridium difficile. Que possua laudo de efeito bacteriostático, evidenciando que o produto deixa um residual de Quaternário de Amônio por 72 horas. Que possua laudo de não agressividade as superfícies do tipo: Acrílico, Alumínio, Borracha, Courvin Lavavel, Inox, Plástico, Policarbonato, Tela Touch, e que tenha laudo que comprove estabilidade mínima de 14 dias da solução após diluída. Que possua laudo de Teor de H2O2, Laudo de Teor Catiônico, que tenha registro na Anvisa. Que possua as seguintes</p>	300	GL	166,89	50.067,00

		<p>características: Aparência: Líquido transparente; Cor: Incolor; Odor: Característico; pH: 2,0-3,0; Princípio ativo bactericida: Peróxido de Hidrogênio 4,25% e Cloreto de cocobenzil alquil dimetil amônio, Cloreto de didecil dimetil amônio 5,6%; COMPOSIÇÃO: Água, tensoativo não-iônico, acidificante e ativos. Apresentação em embalagens de 5 Litros.</p> <p>A empresa deverá fornecer, em regime de comodato, o diluidor do produto, acompanhando o treinamento para o uso correto. Além disso, deverá apresentar o registro no Ministério da Saúde e o laudo de estabilidade do produto por 30 dias após sua diluição.</p>				
2-4	29832801 301233	<p>DETERGENTE DESENGRAXANTE DE USO GERAL Detergente desengraxante, que possui grande poder de limpeza, removendo as mais variadas formas de sujidades, como: fuligem, óleos, graxas e gorduras. Que seja formulado com matérias-primas de última geração com tensoativos biodegradáveis e agente sequestrante, associado ao óleo de pinho. Que possua baixa alcalinidade e não danifique nenhum tipo de superfície lavável, tais como: pisos cerâmicos, paredes, plásticos, vidros, alumínio, superfícies pintadas, veículos, tecidos em geral etc. Que possua laudo de Biodegradabilidade. Que possua as seguintes CARACTERÍSTICAS FÍSICOQUÍMICA - Aparência: Líquido Viscoso Opaco; Cor: Amarelo; Odor: Pinho; pH: 6,0 - 8,0. COMPOSIÇÃO: Veículo, sequestrante, alcalinizante, neutralizantes, ácido linear alquil benzeno sulfônico, produto de polimerização do óxido de propileno e óxido de etileno, atenuador de espuma, conservante, fragrância e corante. Tam. 5 L. A empresa deverá fornecer, em regime de comodato, o diluidor do produto, acompanhando o treinamento para o uso correto. Além disso, deverá apresentar o registro no Ministério da Saúde e o laudo de estabilidade do produto por 30 dias após sua diluição.</p>	300	GL	90,93	27.279,00
TOTAL						77.346,00

Lote: 3 - EXCLUSIVO ME EPP						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1-5	29832798 345458	REMOVEDOR DE ACABAMENTOS, CERAS E SELADORES Sem cheiro, de alta eficiência, formulado para rápida remoção de múltiplas camadas de ceras, acabamentos e	100	GL	261,88	26.188,00

		seladores. Para o trabalho de remoções em ambientes fechados ou com pouca ventilação, tais como, hospitais, clínicas e escritórios. Que possua laudo de biodegradabilidade e de pH. Que possua baixa espumação, facilitando a remoção do produto e diminuindo o número de enxágues, economizando tempo, mão de obra e água. Que tenha Registro na Anvisa/MS Valido. Que possua as seguintes CARACTERÍSTICAS FÍSICO- QUÍMICA - Aparência: Líquido Transparente; Cor: Levemente amarelado; Odor: Sem cheiro; pH: 13,0 - 14,0. COMPOSIÇÃO: Água, solvente, sequestrante, alcalinizantes, tensoativo anfótero e hidrótopo. Tam. 5 L. A empresa deverá fornecer, em regime de comodato, o diluidor do produto, acompanhando o treinamento para o uso correto. Além disso, deverá apresentar o registro no Ministério da Saúde e o laudo de estabilidade do produto por 30 dias após sua diluição.				
2-6	29832799 453732	SELADOR E ACABAMENTOS PARA PISOS Selador e acabamento acrílico em um único produto indicado para áreas de tráfego médio e pesado, em paviflex, mantas vinílicas, borrachas (plurigoma), granilite, marmorite, ardósias e outros tipos de pedras. Que possua as seguintes CARACTERÍSTICAS FÍSICO- QUÍMICA - Aparência: Líquido Leitoso; Cor: Branco - Creme; Odor: característico; pH: 7,5 - 9,5; Peso específico: 1,009 - 1,022 g/cm³; Viscosidade: 1,0 - 10,0 cps; Teor de ativos: 20,5 - 22,5%. Tam. 5 L. A empresa deverá fornecer, em regime de comodato, o diluidor do produto, acompanhando o treinamento para o uso correto. Além disso, deverá apresentar o registro no Ministério da Saúde e o laudo de estabilidade do produto por 30 dias após sua diluição.	200	GL	234,68	46.936,00
TOTAL						73.124,00

- 1.1. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contado a partir da publicação no PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da presente contratação não consta no Plano Anual de Contratações (PAC) de 2024. Embora se trate de uma contratação recorrente para atender às demandas anuais, o produto especificado neste estudo não foi incluído no PAC para o exercício de 2024. Dessa forma, a aquisição será realizada de maneira excepcional, com o objetivo de atender a uma necessidade urgente e não prevista no planejamento inicial.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Muitos produtos de limpeza contêm substâncias químicas que, quando descartadas no ralo, podem acabar nos rios, lagos e oceanos, poluindo a água e prejudicando a vida aquática.

4.1.2. Alguns produtos de limpeza liberam compostos orgânicos voláteis no ar, que contribuem para a poluição do ar e podem causar problemas de saúde, como irritação dos olhos e dificuldades respiratórias.

4.1.3. O uso de embalagens não recicláveis ou descartáveis para produtos de limpeza pode gerar grandes quantidades de lixo, contribuindo para a poluição do solo e a superlotação dos aterros sanitários.

4.1.4. Produtos químicos tóxicos podem prejudicar a vida selvagem se não forem descartados adequadamente. Animais podem ingerir resíduos químicos ou serem afetados por poluição do habitat.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos itens é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em quantitativo especificado pelo contratante, a entrega deve ser trimestral ou de acordo com a necessidade das unidades de atendimento.

5.2. O treinamento deverá ser fornecido no mesmo prazo da entrega dos produtos, para as equipes responsáveis pela limpeza e higienização e no horário de atendimento das unidades.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

- 5.4. Os produtos deverão ser entregues no seguinte endereço: Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida Dedi Barrichelo Montagner, 425, centro, Dois Vizinhos – PR.
- 5.5. Os produtos deverão ser entregues nos seguintes horários: das 07h30min às 11h30min no período da manhã, e das 13h00 às 17h00 no período da tarde, de segunda a sexta feira, exceto feriados.
- 5.6. Comprovado que o produto não corresponde às especificações constantes na proposta ou apresente algum defeito, será o mesmo devolvido ao contratado, obrigando-se este a corrigi-lo/substituí-lo no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, sem qualquer ônus para a Administração e sem prejuízo das sanções previstas no presente edital.
- 5.7. A empresa contratada deverá fornecer, em regime de comodato, o equipamento diluidor necessário para a utilização dos produtos, sem qualquer custo adicional para a contratante. O diluidor deverá ser entregue devidamente calibrado e em perfeito estado de funcionamento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.8. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

Obrigações da contratada

- 5.9. A empresa contratada deverá fornecer, em regime de comodato, o equipamento diluidor necessário para a utilização dos produtos, sem qualquer custo adicional para a contratante. O diluidor deverá ser entregue devidamente calibrado e em perfeito estado de funcionamento.
- 5.10. Os diluidores deverão ser instalados em todas as 16 unidades de saúde, além da Unidade Central e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Levando em consideração que mais de um fornecedor ganhe itens diversos, cada um deverá fornecer o diluidor.
- 5.11. O fornecedor será responsável pela instalação, manutenção e eventual substituição dos diluidores, garantindo que estejam sempre em pleno funcionamento e de acordo com as necessidades operacionais de cada unidade.
- 5.12. Todos os produtos e serviços relacionados à garantia, manutenção e assistência técnica deverão estar em conformidade com as normas vigentes, incluindo regulamentações da ANVISA, do Ministério da Saúde, e demais órgãos de fiscalização aplicáveis.
- 5.13. A empresa contratada deverá manter toda a documentação técnica necessária disponível para consulta e auditoria, sempre que solicitado pela contratante ou por autoridades competentes.
- 5.14. A empresa contratada deverá fornecer assistência técnica especializada, com atendimento disponível, para a resolução de problemas técnicos que comprometam o uso dos produtos fornecidos. O prazo máximo para o início do atendimento técnico será de 48 horas após a abertura da solicitação e o término até 120 horas, contados da hora do início do atendimento. A contratada deverá dispor de equipe técnica qualificada para prestar suporte tanto presencial quanto remoto, conforme a natureza do problema.
- 5.15. A empresa contratada deverá fornecer treinamento completo e detalhado sobre o uso correto dos produtos e diluidores para as equipes responsáveis pela limpeza e higienização nas 16 unidades de saúde, na Unidade Central e na UPA.
- 5.16. O treinamento deverá abranger tanto a manipulação e diluição dos produtos quanto os procedimentos de segurança, armazenamento adequado e descarte correto.
- 5.17. O treinamento deve ser presencial e poderá incluir material didático e suporte técnico adicional para garantir o entendimento pleno dos colaboradores.
- 5.18. Os produtos que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.19. O custo referente ao transporte dos materiais cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 6.7. Fica designada como gestora a Sra. Claudete Meurer. A fiscalização administrativa será de responsabilidade da servidora Bianca Cristina Schreiber, enquanto a fiscalização recebimento ficará a cargo de Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida, tendo como suplente de Tairone Alan Mezzomo.
- 6.8. A fiscalização se dará através do acompanhamento dos prazos de entrega dos produtos solicitados, e notificação se por ventura ocorrerem atrasos ou descumprimentos.

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 6.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de

apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o

desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.13. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.25. As certidões dos itens 8.23 e 8.24 terão o prazo de 90 (noventa) dias, quando omissas da

8.26. data de validade.

8.27. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.27.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.27.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.27.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.27.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.28. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.32. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.34. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.35. Todos os produtos deverão atender às normas sanitárias e regulamentações da ANVISA, garantindo que os ambientes sejam higienizados de acordo com os padrões exigidos para instituições de saúde.

8.36. Para a UPA e veículos, os produtos de limpeza devem ser específicos para uso hospitalar, com propriedades desinfetantes e sanitizantes adequadas para ambientes de alto risco, como álcool 70%, detergentes enzimáticos, e desinfetantes de amplo espectro.

8.37. Apresentar laudo de estabilidade do produto após diluição, comprovando que o produto mantém suas características e eficácia por no mínimo 30 dias, conforme as boas práticas de fabricação e controle de qualidade.

8.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.38.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.38.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.38.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.38.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.38.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Documentos complementares:

8.39. Capacidade Técnica: O fornecedor deve comprovar experiência prévia no fornecimento de materiais semelhantes, apresentando atestados de capacidade técnica de contratos anteriores com órgãos públicos ou privados de saúde.

8.40. Registro e Certificação: Os produtos devem estar de acordo com as normas e regulamentações da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), especialmente no que se refere à utilização de produtos em áreas de saúde, como desinfetantes, saneantes hospitalares e detergentes.

8.41. Produtos Hospitalares: Para a UPA e veículos, os produtos de limpeza devem ser específicos para uso hospitalar, com propriedades desinfetantes e sanitizantes adequadas para ambientes de alto risco, como álcool 70%, detergentes enzimáticos, e desinfetantes de amplo espectro.

8.42. Apresentar laudo de estabilidade do produto após diluição, comprovando que o produto mantém suas características e eficácia por no mínimo 30 dias, conforme as boas práticas de fabricação e controle de qualidade.

8.43. Laudos Técnicos: Será exigido que o fornecedor apresente laudos técnicos de eficácia, especialmente para produtos que necessitam de controle de qualidade rigoroso, como desinfetantes hospitalares e produtos para higienização de veículos e áreas de pronto atendimento.

8.44. Licença Sanitária Estadual ou Municipal: Deve atestar a conformidade do estabelecimento com as normas sanitárias vigentes. Essa licença é essencial para garantir que as atividades realizadas, especialmente no setor de saúde e saneamento, sejam conduzidas de forma segura e de acordo com a legislação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 382.508,00 (trezentos e oitenta e dois mil, quinhentos e oito reais), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I). Órgão: 08 – Secretaria Municipal de Saúde;
- II). Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde;
- III). Projeto ou Atividade: Saúde/Atenção Básica;
- IV). Conta de Despesa: 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo;
- V). Fonte de Recurso: Recursos Ordinários Livres;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Dois Vizinhos, 02 de outubro de 2024.

Assinado digitalmente por
CLAUDETE MEURER: 054116293
 ID: G-BR, Ou-CP e Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=SEM BRANCO, OU=20085106000106, OU=presencial, CN=CLAUDETE MEURER:054116293
 Razão: Eu sou o autor deste documento
 Localização:
 Data: 2024.10.24 10:32:08-03'00"
 Foxit PDF Reader Versão: 12.0.0

CLAUDETE MEURER
 Gestora de Saúde
 Área requisitante
 Matrícula Funcional 17949-1



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F320-4502-305E-1762

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANDREA REGINA PELLIN CAGNINI (CPF 073.XXX.XXX-50) em 24/10/2024 10:46:13 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/F320-4502-305E-1762>